

Análise do Perfil Docente no Curso de Licenciatura em Química do IFCE – Campus Maracanaú: Formação e Práticas para uma Educação Inclusiva

Anna J. S. Barros₁; Louhana M. Rebouças₂; Maria do S. P. da Silva₃

Autor₁: ajbarros177@gmail.com

Autor₂: louhanar@gmail.com

Autor₃: socorro.pinho@ifce.edu.br

Palavras-Chave: Educação, Educação Inclusiva, Formação de Professores.

Introdução

A educação é direito de todos os indivíduos, independentemente de sua condição social, raça ou crença. Ela é essencial para o desenvolvimento pessoal e coletivo, e permite que as pessoas alcancem seu pleno potencial e que possam contribuir de forma significativa para a sociedade. Conforme estabelecido pela Constituição Federal de 1988, em seu Art. 205, em que assegura a educação como direito de todos, dever do Estado e da família, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

No Art. 208 (1988) da Constituição Federal do Brasil, onde utiliza o termo “portadores de deficiência” para designar todo indivíduo que possua quaisquer deficiências múltiplas, autismo, distúrbios severos de comportamento e distúrbios de aprendizagem. Menciona que é dever do Estado com a educação garantir o atendimento educacional especializado para pessoas com deficiência, preferencialmente dentro da rede regular de ensino.

A educação inclusiva é uma resposta ao desafio de garantir que todos os alunos, independentemente de suas condições, tenham acesso a uma educação de qualidade. Essa abordagem visa integrar alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE), no ambiente escolar regular. A Lei Nº 13.146 referente a inclusão da pessoa com deficiência em seu Capítulo IV estabelece que a educação é um direito fundamental para pessoas com deficiência e deve ser garantida de forma inclusiva em todos os níveis e modalidades de ensino.

Nesse âmbito, os docentes desempenham um papel fundamental na implementação de práticas inclusivas, sendo necessária adequada formação dos mesmos. Os currículos dos cursos de licenciaturas devem estar alinhados com as demandas da educação atual, mais plural e inclusiva. Dados que corroboram com esta demanda, é o aumento do número de matrículas da educação especial (alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e/ou altas habilidades) em todos os níveis da educação básica. Conforme Censo Escolar de 2023, foram matriculados na educação básica cerca de 47,3 milhões de estudantes, e dentre estes, 1,8 milhão de matrículas na educação especial, sendo cerca de 42% a mais quando comparado o ano de 2019 e correspondendo (IDEB 2023).

Diante disto, é importante ressaltar que os professores devem garantir que o ambiente educacional seja inclusivo. Sua formação adequada é essencial para a eficácia dessas práticas; os docentes devem estar preparados para lidar com a diversidade cada dia mais presente em sala de aula. No entanto, alguns professores não estão preparados para alunos com NEE,

nas Ciências Exatas em que os profissionais da educação, encontram dificuldades para se adaptar às novas realidades (BRASIL, 2012).

É relevante que as escolas desempenhem um papel na prestação de serviços satisfatórios aos alunos com NEE, tais como ações políticas e pedagógicas necessárias, além de estruturas físicas adequadas e materiais didáticos adaptados. A utilização de laboratórios e a garantia de acesso para todos são questões fundamentais a serem discutidas, especialmente considerando as possíveis dificuldades que alunos de um modo geral podem enfrentar em disciplinas de caráter prático, como a Química. Muitos alunos, em especial alunos com NEE, nunca tiveram a oportunidade de acessar um laboratório em suas trajetórias acadêmicas. Tornar um laboratório de ensino de Química acessível é essencial para promover uma educação de qualidade para todos. Além disso, é de fundamental importância a adoção de medidas de segurança, uma vez que, o manuseio inadequado de reagentes e soluções podem oferecer riscos aos estudantes.

Diante do exposto, o objetivo geral deste trabalho foi avaliar o perfil dos docentes da área específica que lecionam no curso de licenciatura em Química do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) Campus Maracanaú, quanto a formação e o preparo destes, na promoção de práticas inclusivas. Este trabalho visa identificar possíveis lacunas na formação e nas práticas pedagógicas dos docentes, contribuindo assim, para o desenvolvimento de ações futuras que promovam a formação continuada e melhor preparo destes para as diversidades da sala de aula contemporânea.

Material e Métodos

Este estudo adotou uma abordagem exploratória, de natureza quali-quantitativa, com o objetivo de avaliar o perfil dos docentes do curso de licenciatura em Química do IFCE – Campus Maracanaú que ministram disciplinas específicas da área de Química em relação à sua formação e preparo para uma docência inclusiva.

Participaram da pesquisa 8 docentes da área específica de Química que ministraram suas aulas durante o ano de 2023. Foi aplicado um questionário online, composto por perguntas fechadas e abertas, abordando temas como a formação acadêmica dos docentes, especializações na área de educação inclusiva, experiências com alunos com NEE, utilização de recursos de apoio (como o NAPNE), quanto às suas práticas pedagógicas nas aulas teórico/práticas e o interesse destes em cursos de formação continuada. Os dados quantitativos obtidos foram organizados em gráficos, utilizando técnicas descritivas como frequências e porcentagens para identificar padrões e tendências nas respostas dos docentes. Os dados qualitativos foram analisados por meio de análise de conteúdo, catalogando as mais variadas respostas sobre o tema abordado.

Resultados e Discussão

O curso de licenciatura em Química do IFCE Campus Maracanaú-CE, IES possui 9 semestres com entrada semestral de 35 alunos. Atualmente o corpo docente da área específica de Química é composto por 10 professores, no entanto, apenas 8 professores participaram desta pesquisa. Assim, as respostas doravante apresentadas serão referentes aos professores que responderam ao questionário online, o que corresponde a 80% do total de professores da área específica.

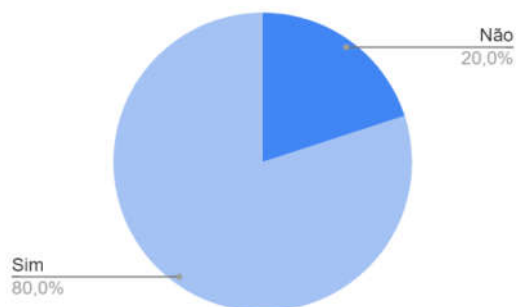
Em relação à formação inicial dos docentes entrevistados, 12,5% são químicos industriais, 25% tecnólogos em processos químicos, 25% engenheiros químicos e 37,5% são licenciados em química. Essa pesquisa mostra a diversidade na formação acadêmica dos docentes entrevistados, porém apresentando a maioria com formação técnica o que equivale a 62,5% do total. Os resultados obtidos corroboram com a percepção de Silva e Carneiro (2022), que segundo os autores, os cursos de licenciatura em química no Brasil, em sua maioria, possuem formação inicial e continuada desvinculada ao ensino e educação.

Dentre os entrevistados, 7 professores possuem doutorado, com exceção de um que possui mestrado. Os docentes que participaram da pesquisa, apresentaram uma variedade de tempo de atuação na área de ensino, os dados mostraram que os valores oscilaram entre 11 e 25 anos, com tempo médio de atuação de 15 anos, sendo assim cerca de 75% dos docentes, o que demonstra que já possuem uma trajetória acadêmica mais consolidada.

Foi questionado aos professores se os mesmos possuíam alguma formação (curso, especialização, pós-graduação stricto sensu) em educação inclusiva (EI) e, segundo os resultados, nenhum professor possui formação em EI. A maior parte dos professores também não teve acesso a formação inicial em educação inclusiva, uma vez que 37,5% dos professores são licenciados, o que sugere uma lacuna importante na formação inicial destes profissionais e, infelizmente a manutenção desta lacuna ao longo da formação continuada dos mesmos.

Em termos de experiência prática, a maioria dos docentes (80%) relatou já ter trabalhado com alunos com alguma NEE, conforme apresentado no Gráfico 1, o que reflete uma exposição real aos desafios e oportunidades de aprendizado inclusivo. Os resultados reportam que os docentes já lecionaram para alunos com NEEs variadas, dentre elas: deficiências auditiva, motora e visual, paralisia cerebral além de transtornos do neurodesenvolvimento como deficiência intelectual e autismo. No entanto alunos com TEA foram os mais citados.

Gráfico 1: O docente teve alguma experiência em trabalhar com aluno que possuía alguma NEE?



Fonte: A autora 2023.

Outro exemplo dos desafios enfrentados pelos professores, específico da área do ensino de Química é em relação as aulas experimentais. Embora a maioria dos professores não tenha relatado ter conduzido aulas experimentais para alunos com algum de NEE, um docente mencionou que ministrou aula prática para um aluno com TEA, destacando que:

“Alguns momentos de inquietação, o aluno relatava que tinha dificuldade de concentração devido alguns ruídos na sala, na aula prática há agitação (em alguns momentos)”.

Esses desafios vão desde a necessidade de ajustes no espaço físico do laboratório até a adaptação das técnicas de ensino, de conduta docente para atender alunos com deficiências físicas e alguns tipos de transtornos do neurodesenvolvimento, como autismo etc. Neste sentido De Paula *et al* (2017) menciona que “os professores devem desenvolver competências durante a formação inicial para incluir os alunos com deficiência em suas aulas e oferecer a eles o acesso ao conhecimento e condições de aprendizagem que atendam às suas necessidades específicas.”

Todos os docentes entrevistados responderam ter conhecimento sobre o Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE). Enquanto alguns estão familiarizados com os serviços e recursos oferecidos pelo NAPNE, outros demonstram pouco ou nenhum conhecimento, o que pode limitar a utilização deste recurso de apoio na prática diária. Ações colaborativas entre professores e NAPNE podem ser citadas como uma medida crucial para a implementação de uma prática docente mais inclusiva, fornecendo o suporte adequado para alunos com NEE. De Paula *et al* (2017) ressalta que “o docente deve conhecer a deficiência de seu aluno para propor e utilizar em sua prática pedagógica materiais e recursos acessíveis para auxiliá-lo na aprendizagem, além de contemplar suas especificidades”.

Finalmente, a disposição dos docentes para participar de cursos de formação em EI é um sinal positivo, uma vez que 100% responderam que há interesse em aprimorar suas práticas educacionais. As sugestões para a oferta desses cursos variaram, demonstrando que metade dos professores (50,0%) acredita que um curso de EI ministrado de forma híbrida, seria a melhor estratégia, ao passo que 30,0% preferem o curso de forma online e 20,0% de modo presencial.

Conclusões

Embora a maioria dos docentes tenha tido a experiência em trabalhar com alunos NEE, 100% deles não possui formação específica em EI. As lacunas na formação destes docentes, podem limitar a eficácia das estratégias pedagógicas que promovam o acesso à educação de modo integral para todos, independente das múltiplas diversidades. Este estudo destaca a necessidade de maior investimento em formação continuada docente, e que esta, possa ser amparada por mudanças atitudinais por parte dos docentes, além de políticas institucionais no âmbito do IFCE-*Campus* Maracanaú-CE, para que assim promovam, de fato, condições e acomodações no ambiente escolar de inclusão e respeito para todos.

Agradecimentos

Um agradecimento especial a todos os professores do IFCE – *Campus* Maracanaú, localizada em Maracanaú (Ceará) que se dispuseram a participar da pesquisa.

Referências

BRASIL.**Constituição (1988)**. Texto constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 22/99 e Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94. Ed. atualizada em 1999. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1999. XIV, 360 p.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Capítulo V – Da Educação Especial. Lei nº 9.394 de 20/12/96.

BRASIL, **Resolução RDC Nº 11, de 16 de fevereiro de 2012**. Dispõe sobre o funcionamento de laboratórios analíticos que realizam análises em produtos sujeitos à Vigilância Sanitária e dá outras providências. (2012)

BRASIL.**Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). 2015.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Matrículas na educação especial chegam a mais de 1,7 milhão**. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-escolar/matriculas-na-educacao-especial-chegam-a-mais-de-1-7-milhao>>. Acesso em: 22 ago. 2024.

DE PAULA, T. E; GUIMARÃES, O. M; SILVA, C. S DA. **Necessidades Formativas de Professores de Química para a Inclusão de Alunos com Deficiência Visual**. Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências, v. 3, pág. 853–881, 2017.

SILVA, W., & CARNEIRO, C. **FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE QUÍMICA NO BRASIL: formar para a docência ou para a indiligência pedagógica?** *Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar*, 8(25), 263–276. (2022) <https://doi.org/10.21920/recei72022825263276>